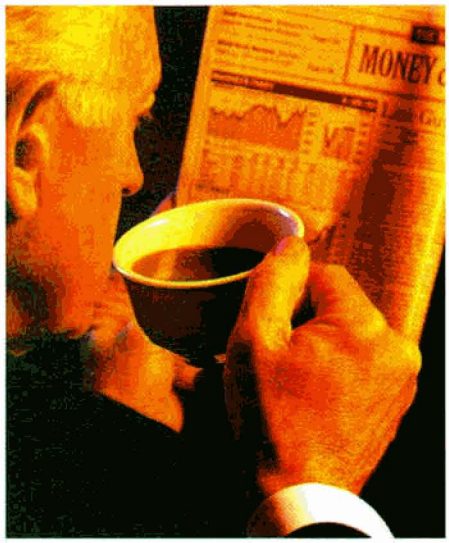
A guerra e as contendas

O mercado de café se agita em guerra de preços, mas no Brasil não se chega a um acordo sobre a política a seguir

FRANCISCO OURIQUE



O setor privado cafeeiro nacional vem expondo o Brasil de forma vexatória na mídia nacional e internacional. A disputa política e de representação está no cerne das motivações.

A pauta e o veículo preferidos têm sido matérias e entrevistas, limitadas a desencontradas projeções e estimativas superficiais sobre a disponibilidade de café no Brasil e no mundo – de preferência críticas ao programa de retenção de café, celebrado no âmbito da Associação dos Países Produtores de Café – APPC –, presidida pelo embaixador Sérgio Amaral, que acumula essa função com a de representante do Brasil junto ao Reino Unido a pedido da comunidade cafeeira brasileira.

Definir e aprimorar a política brasileira do café deveria ser um objetivo permanente. O debate destituído de interesses manipuladores é sempre bem-vindo e deve ser estimulado.

Dúvidas e divergências

Após uma década de dúvidas, a certeza da importância social do café para o Brasil já se tornou consensual. Em âmbito regional, ele representa valor e peso estratégico para uma dezena de estados da federação, seja em termos de ocupação de mão-de-obra ou como fonte propulsora da economia de algumas centenas de municípios. O café pode garantir a prosperidade de vasta área do território nacional.

Ainda assim persistem no setor profundas divergências quanto às conseqüências da globalização para o setor cafeeiro. Alguns consideram sinceramente que, da mesma forma que o consumidor brasileiro abraçou a compra de produtos de última geração disponíveis no mercado internacional, o consumidor de café, em escala planetária, está sedento do café brasileiro – como se no mercado mundial de café existisse simetria de oportunidades e o consumidor final conhecesse a origem desse ou daquele café.

No entanto, a pauta de discussões, por ocasião das aparições de ilustres representantes do setor na mídia nacional e internacional, versa quase exclusivamente sobre o artificialismo, a inoportunidade, a falência e impopularidade do programa de retenção de café da APPC.

Primeiro é bom que se diga que o programa de retenção não foi produto da imaginação do presidente da APPC ou de membros do governo brasileiro. O programa de retenção foi proposto pelo Brasil aos demais países integran-

tes da APPC e ao próprio governo brasileiro pelas lideranças do setor produtor de café do Brasil e aprovado pelo Conselho Deliberativo da Política do Café – CDPC –, que já o referendou em mais de uma oportunidade.

Um tanto a contragosto, o ministro Pratini de Moraes aceitou encaminhar a idéia. Desde que o programa foi aprovado pelos países membros da APPC, o ministro da Agricultura do Brasil tem empreendido todos os esforços próprios do cargo na defesa, operacionalidade e cumprimento do programa.

Da mesma forma, após pelo menos duas reuniões entre o setor privado brasileiro e o embaixador Sérgio Amaral, na embaixada do Brasil em Londres – ocasiões em que o presidente da APPC apresentou contra-argumentos quanto à oportunidade da então proposta brasileira de retenção – o projeto ganhou musculatura política e técnica e foi abraçado pelo embaixador.

Preços cadentes

A conjuntura cafeeira mundial apontava desde fins de 1998 para novo ciclo de preços cadentes. Desde janeiro de 1999 os estoques de café haviam aumentado vertiginosamente, quase tudo em mãos de comerciantes nos países importadores; além disso, ingressara na oferta mundial de café um novo membro de peso, o Vietnã. Com volume, produtividade e custo de fatores sem par no rol dos países produtores de café, o surgimento do Vietnã, segundo maior produtor do mundo, tem implicações da maior seriedade para todos.

Pela primeira vez na longa história do mercado mundial de café, surge um país reunindo condições de competidor estratégico, com capacidade de alterar substancialmente a estrutura desse mercado, quer pelo volume, quer pela produtividade, quer pelo custo de fatores de sua economia cafeeira e nacional, quer pela variedade e singular qualidade do café robusta que produz. O fato de o robusta do Vietnã estar entrando nos *blends* das indústrias, substituindo qualquer variedade de café, requer estudo urgente e aprofundado.

A comunidade cafeeira nacional ainda não tomou consciência da importância desse fato. As avaliações e considerações quanto a suas conseqüências estruturais ainda são superficiais.

Os ilustres líderes e fontes da mídia nacional e internacional ainda não acordaram para o fato de que o mercado mundial, pelo lado da oferta, mudou, e de que o Brasil tem hoje diante de si um competidor estratégico singular. Se o crescimento da produção de café da Colômbia, no início dos anos 80, e da Indonésia, na segunda metade da mesma década, foram fatos determinantes na opção de políticas nos últimos 20 anos, o surgimento do Vietnã no cenário mundial, na escala e condições em que está se dando, irá definir e delimitar as possíveis opções de comportamento do Brasil em termos de política cafeeira.

As conseqüências dessas alternativas devem ser também cuidadosamente mensuradas. Devemos estimar o custo e o benefício de cada uma delas. O preço de uma opção equivocada é pago pela numerosa comunidade no Brasil que produz e comercializa café e, dependendo da extensão do equívoco, pelo próprio consumidor brasileiro.

Café arábica em ascensão

Desde 1996 os preços de café robusta iniciaram isolada espiral de baixa, em movimento de preços desalinhado com os da variedade arábica. O mercado informava, já em 1996, a despeito do persistente aperto de então entre demanda e oferta de café arábica, que o surgimento e crescimento do Vietnã alterava dramaticamente a situação das variedades de café robusta. A pergunta da época, entre os analistas mais atentos, era se o caso do robusta ficaria restrito a esse segmento do mercado ou se o grau do desequilíbrio em marcha iria afetar o mercado todo e, se esse fosse o caso, em quanto tempo.

Parte da comunidade cafeeira brasileira, com o melhor dos propósitos, ainda hoje considera que o mundo, o mercado em sua característica genérica, importa e industrializa café com base em fidelidade e dependência à origem do produto, por suas qualidades intrínsecas. A esses estudiosos sugiro uma leitura do trabalho do Banco Mundial de 1989, onde uma projeção de 10 anos indica crescente incremento da participação de mercado do café arábica lavado, em detrimento da de café robusta, em ambiente de mercado livre, impulsionado pela preferência do consumidor. De resto, a tecnologia por detrás do *blend* e da produção agrícola não é estática.

A combinação da performance do Vietnã com a do Brasil deixou os demais importadores de café sem clientela. Resultado: os outros produtores de café incrementaram descontos de preço à procura de comprador. Comprador final, vinculado à demanda industrial, não encontram.

O Vietnã vem apresentando *performance* expressiva de exportação desde 1998. Só para ilustrar a força dessa *performance*, cabe lembrar que nos dois primeiros meses de 2001, o Vietnã, de acordo com estatísticas da Organização Internacional do Café, apareceu como o maior exportador de café do mundo. À frente do Brasil, como informação para aqueles que vivem de *performance*, em janeiro e também em fevereiro de 2001.

A partir de janeiro de 1999, com a desvalorização do real, as exportações brasileiras de café cresceram substancialmente. A expectativa reinante no mercado mundial era de que o Brasil

iria, respaldado em safras crescentes, inundar o mercado com café.

A combinação da *performance* do Vietnã com a do Brasil deixou os demais países exportadores de café sem clientela à vista. Resultado: os outros países produtores de café robusta e de café arábica – nesse caso de café arábica lavado – incrementaram descontos de preço à procura de comprador. Comprador final, vinculado à demanda industrial, não encontraram. Os descontos foram de tal magnitude que operar cafés dessas origens para entrega contra bolsas internacionais virou o negócio da ocasião. Dessa feita, os estoques girando nas bolsas, que só aceitam cafés brasileiros da variedade robusta, o *conillon* do Espírito Santo cresceu de forma exponencial.

Processo interrompido

Em meados de 1999 ficava claro que o mercado mundial estava tomando uma configuração perigosa para os destinos da cafeicultura brasileira: o sinal vermelho estava aceso.

Cabe aqui recordarmos que no dia 7 de julho de 1999 uma comissão composta pelos deputados Federais Carlos Melles, Silas Brasileiro e Carlos Mosconi, pelo então secretário-geral do Ministério do Desenvolvimento, pelos líderes do setor da produção Gilson Ximenes, Osvaldo Henrique, Manoel Bertoni e Ruy Queiroz, pelo então presidente da Federação Brasileira dos Exportadores de Café – Febec –, Oswaldo Aranha Neto, pelo secretário-geral da Febec, pelo presidente da Associação Brasileira da Indústria de Torrefação-ABIC – e pelo dr. Américo Sato, pelo secretário-geral da Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel – Abics –, foi recebida pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, e por seu assessor especial, Gerardo Fonteles.

Foi apresentada e entregue ao titular do Ministério da Fazenda uma proposta de política cafeeira estruturada para fazer frente à conjuntura que se desenhava. O documento entregue ao ministro Malan propunha basicamente redirecionar o financiamento ao produtor brasileiro para cédulas do produtor rural, mediante orçamento anual com giro máximo de R$1,2 bilhão, o que a liquidez do Fundo Nacional de Defesa da Cafeicultura de então permitia.

Infelizmente, o setor cafeeiro nacional não deu seqüência às diligências iniciadas. O princípio conceitual e a redenção operacional do programa eram de gerar as bases de resistência do produtor nacional a baixos preços internacionais. Disputas políticas à parte, o Brasil só saberá se ganhou ou perdeu posição nesse novo ciclo do mercado do café quando ele se fechar.

Pela primeira vez no mercado mundial de café, surge um país reunindo condições de competidor estratégico – o Vietnã –, com capacidade de alterar substancialmente a estrutura desse mercado, pelo volume, pela produtividade, pelo custo de fatores de sua economia cafeeira e nacional, pela variedade e singular qualidade do café robusta que produz.

Programa de retenção

Iniciado o ano 2000, o Brasil deu início a gestões internacionais em prol do programa de retenção.

A safra brasileira do ano agrícola de 2000/01, estimada pela Embrapa na casa dos 30 milhões de sacas, era prevista por várias casas comerciais do Brasil e internacionais em 40 milhões. Nos últimos 10 anos o Brasil não somente havia vendido 100% de sua produção anual como ainda utilizara 12 milhões de sacas dos estoques públicos; a decisão de lançar o programa de retenção justificava-se pelo objetivo de reduzir os estoques de café em mãos de comerciantes nos países importadores, que àquela altura beiravam a casa dos 20 milhões de sacas, 100% acima do nível considerado neutro.

Pelo lado interno, o programa de retenção procurou atrair o setor exportador de café para a formação de estoques, papel que o setor produtor desenvolve solitariamente desde a extinção da política de preços de garantia do governo.

Pelo lado internacional, diante da tendência de excedentes dos cafés produzidos no mundo, o programa de retenção era uma tentativa de dividir o ônus do carrego de café entre outras nações produtoras. O Brasil, efetivamente, estava tentando exportar para outros países produtores práticas de gerência e administração de estoque.

O programa de retenção, considerado por analistas de palanque como um desastre conceitual e uma catástrofe operacional, não é um fim em si mesmo. Seu alcance e objetivos são bem menores do que as críticas insistem em indicar. A saudável disputa democrática por espaço de representação justifica muito, mas não tudo – particularmente instigar a cafeicultura para uma manobra mercadológica com baixa probabilidade de sucesso.

A cafeicultura brasileira está endividada em R$750 milhões; a do Vietnã tem endividamento perto de zero. A que outros produtores de café arábica e de robusta se comparam a produtividade e os custos de produção do Brasil?

Como em mercado em regime de guerra de preços a segmentação de mercado tende a ser minimizada e o café passa a ser simplesmente café, o Brasil, particularmente os produtores de cafés do Brasil, irá conviver com uma situação em que a variável preço de compra dominará a atividade do setor.

É bom não esquecer que, quando a produção mundial de café suplanta a demanda de curto prazo e os preços de amanhã tendem a patamares inferiores aos de hoje, a prática do *just-in-time* do mundo globalizado tende a se exacerbar.

Francisco Ourique é economista, consultor em comércio internacional.